

Estrada desaponta os conservacionistas

Os conservacionistas mineiros manifestaram, ontem, em Belo Horizonte, o seu "profundo desaponto" diante da construção de uma estrada de rodagem dentro do Parque Nacional do Araguaia, permitida pelo governo federal. A liberação da obra, de interesse do Banco de Crédito Nacional, que mantém um projeto agrícola na região, foi sancionada pelo presidente Figueiredo, com base na exposição de motivos feita pelos ministros Mário Andreazza, do Interior, Danilo Venturini, do Exército, e Amaury Stábile, da Agricultura.

O repúdio ecológico, representando em conjunto as diversas entidades da região centro-oeste, foi oficializado pelo Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais. Segundo o seu presidente, Hugo Werneck, a estrada irá atravessar, longitudinalmente, toda a parte sul do Parque, criado pelo próprio governo em 1959, ao lado da reserva indígena sob ação da Funai: "Uma estrada, vejam bem, que irá encurtar caminho apenas para a empresa até o seu empreendimento comercial, instalado do outro lado, no Estado do Mato Grosso, à margem esquerda da ilha.

O conservacionista explicou que a estrada será retilínea, custeada indiretamente com o dinheiro do povo e frontalmente contra a legislação vigente, emendada pelo próprio governo atual, no tocante à proteção e proibição de quaisquer obras sem interesse ecológico nos parques nacionais. Isso — frisou Werneck — ficou claro há poucas semanas, em Brasília, durante uma reunião da qual participaram representantes do IBDF, do Banco de Crédito Nacional, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, do Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais, da Funai e da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

"Todos, acrescentam exceto obviamente a empresa interessada na construção da estrada, foram contra este desrespeito ao Código Florestal em vigor no País. O IBDF, a quem cabe o papel maior de proteger e preservar os nossos parques e reservas nacionais, não cedeu, mesmo às pressões recebidas". Nesta mesma reunião, que durou um dia inteiro, lembrou Werneck, o representante

do BCN disse duas frases: "Não me venham com leis, que leis nós modificamos", foi uma delas. A segunda foi pior: "Se os senhores não me concederem a licença, eu recorrerei ao poder maior".

Foi o que a empresa fez e conseguiu, confirmada agora com a decisão do governo federal de permitir a construção da estrada: "Em sua exposição de motivos, disse Werneck, os três ministros simplesmente iludiram a opinião pública, ao conseguirem a adesão do presidente da República. Eles alegaram problemas sociais com a não-construção da estrada, esquecendo-se que tais problemas têm uma causa anterior, muito mais grave. Eles ocorrem justamente porque o governo não aplicou verbas necessárias na implantação do parque, o que tenta consertar agora permitindo uma agressão física que somente interessa a terceiros".

Segundo o presidente do Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais, "o governo agiu covardemente, mostrando-se mal assessorado ou cúmplice no escândalo do Araguaia. E isto — continuou — abre um precedente que põe em perigo, como parte de uma rotina de poder, todos os parques e reservas existentes no País. Afinal, havia uma solução alternativa para tal estrada, que poderia passar ao norte do parque, fora da área alagadiça, o que não foi considerado pelo governo".

Ele denunciou, também o prejuízo humano do "escândalo do Araguaia", ou seja, o pedido de demissão, em caráter irrevogável, feito pela diretora do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF, Maria Tereza Jorge Pádua, desencantada com a decisão do governo. Há nove meses atrás, Maria Tereza recebeu o "Prêmio Paul Getty", considerado o maior prêmio internacional de ecologia, por ter-se destacado, ao lado do secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, na defesa do meio ambiente.

"A saída forçada de uma pessoa deste nível dos quadros do IBDF, em um momento deste, coloca mais a nu a falsidade da política conservacionista brasileira. Se não existe convicção pelas causas naturais do País, o governo deveria pelo menos respeitar a lei que ele criou", concluiu Hugo Werneck.

Deputado quer que polícia defenda reserva indígena

A implantação de "um forte dispositivo policial na área externa da reserva indígena, com o objetivo de exercer controle sobre os índios" foi o pedido feito pelo deputado Geraldo Renault ao governador Francelino Pereira.

Os índios em questão — cerca de 400 homens, mulheres e crianças maxacalis, acusados pelo deputado e por fazendeiros da região de depredar e saquear as propriedades vizinhas à reserva — vivem há mais de dez anos em situação de penúria, sem o menor apoio da Funai ou do governo do Estado.

Pede policiamento

Em ofício entregue pessoalmente ao governador Francelino Pereira, em audiência na última sexta-feira, o deputado Geraldo Renault, do PDS, pediu providências que considera necessárias, "em caráter urgente, para restabelecer a ordem e a tranquilidade na região de influência dos índios maxacalis, abrangendo os municípios de Bertópolis, Felisburgo, Rio do Prado e Maxacalis, no Estado de Minas Gerais, e de Itanhaém, no Estado da Bahia".

Segundo o major Pinheiro, reformado da Polícia Florestal e proprietário de uma fazenda na região, que acompanhou o deputado ao encontro com o governador, os índios maxacalis, que vivem em uma reserva naquela área, "estão expulsando os fazendeiros dali, queimando suas casas, currais e pastagens, roubando novilhas e porcos e andando embriagados e armados pela região, sem que os poderes públicos tomem qualquer medida para impedir seus abusos".

"No município de Bertópolis — disse ele — não há delegado, nem juiz, e já estamos, há mais de dez anos, fazendo abaixo assinado ao governador de Minas e à Funai, pedindo providências para impedir os abusos que os índios andam cometendo, sem, no entanto, nada conseguir. Os maxacalis vivem em uma reserva demarcada em 1940, pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio. São as terras mais férteis da re-

gião e, no entanto, eles abandonam a reserva e vão cometer atos de pilhagem e depredação nas fazendas vizinhas. A omissão do governo e da Funai é completa e nós fazendeiros, não podemos arcar com isso.

Usando da mesma linha de raciocínio, o deputado Geraldo Renault pediu ao governador Francelino Pereira que pressione a presidência da Funai, "para restabelecer a ordem, a disciplina e o princípio de autoridade dentro do território indígena; a implantação de um forte dispositivo policial na área externa da reserva indígena, com o objetivo de exercer o controle sobre os índios, impedindo que os mesmos se embriaguem e cometam pilhagens, roubos e depredações de propriedades particulares, localizadas nas proximidades de suas aldeias e, finalmente, a designação de um oficial da ativa da Polícia Militar de Minas Gerais para exercer as funções de comandante de contingente policial e de delegado especial de polícia no município de Bertópolis".

Sem meio de vida

O problema dos remanescentes dos Maxacalis, no entanto, vai bem além de simples medidas de cunho policial, visando a proteger as propriedades dos fazendeiros da região. Segundo levantamento, os 118 homens, 130 mulheres e 104 crianças da tribo Maxacalis estão vivendo "praticamente ilhados entre grandes fazendas de gado nas reservas de Água Boa e Pradinho, na divisa de Minas Gerais com a Bahia, a 700 quilômetros de Belo Horizonte".

O levantamento, feito a partir de uma denúncia dos fazendeiros da região, no sentido de que os índios estariam matando e roubando seu gado, mostra que tal fato realmente acontecia, mas devido à extrema miséria em que vivem os últimos descendentes dos maxacalis, que ocupavam anteriormente vastas áreas e que se encontram, agora, confinados a duas pequenas reservas, sem qualquer apoio por parte da Funai.

CEEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Estado de Minas*

Class.: 35

Data: 19/12/82

Pg.: 35